

Informe nº 2 - 6/02/95:
Conflito na AI Raposa Serra do Sol

DNAEE FRUSTA PLANOS DO GOVERNO DE RORAIMA

Em 18 de janeiro de 1995, o Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica/Dnaee comunicou oficialmente à Companhia Energética de Roraima que só aprovará a concessão para exploração do Rio Cotingo após a autorização do Congresso Nacional.

Reconhecendo que a usina hidroelétrica está planejada para o interior de terras tradicionalmente ocupadas pelos índios, o Dnaee decidiu que a concessão da Hidroelétrica de Cotingo está condicionada à autorização do Congresso Nacional.

Desta forma, o Dnaee frustra as intenções do Governo de Roraima de ignorar a existência da AI Raposa Serra do Sol e burlar a determinação constitucional que estabelece a necessidade de aprovação do Congresso Nacional e consulta às comunidades indígenas.

Informamos também que, após reunião com o Conselho Indígena de Roraima e a Comissão Pró-Índio de São Paulo, em 23 de janeiro de 1995, o Dnaee decidiu enviar uma missão até a AI Raposa Serra do Sol para fiscalizar a ação da Companhia Energética de Roraima/CER.

Segundo o Dnaee, a CER não está autorizada a realizar estudos que impliquem a utilização de maquinário como o descrito pelos índios. Assim, o Dnaee resolveu verificar *in loco* as denúncias formuladas pelo Conselho Indígena de Roraima e pela Comissão Pró-Índio de São Paulo.

AÇÃO JUDICIAL CONTRA O GOVERNO DE RORAIMA

Em 1º de fevereiro de 1995, a Procuradoria da República em Roraima impetrou ação civil pública contra a Companhia Energética de Roraima e o Estado de Roraima. A ação requer medida liminar determinando à CER que paralise qualquer operação ou trabalho desenvolvidos na AI Raposa Serra do Sol, bem como seja determinado ao Estado de Roraima que retire o efetivo da Polícia Militar ali acampado, vedando o seu regresso na área até o final do julgamento da ação.

A ação solicita ainda a interdição da AI Raposa Serra do Sol para o aproveitamento hídrico e de potenciais energéticos sem a devida autorização do Congresso Nacional, do órgão ambiental federal, declarando nula a Licença Prévia já concedida.

AUDIÊNCIA COM MINISTRO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

No dia 1 de fevereiro, o Conselho Indígena de Roraima e a Comissão Pró-Índio de São Paulo mantiveram uma audiência com o Ministro do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Gustavo Krausse. Neste encontro, o CIR a CPI-SP solicitaram ao ministro a participação do IBAMA no processo de licenciamento ambiental da UHE Cotingo.

O Ministro Gustavo Krausser expressou sua opinião da necessidade do Congresso Nacional autorizar a implantação do empreendimento e comprometeu-se a tomar providências no sentido de garantir que seu ministério acompanhe o processo de licenciamento ambiental da hidroelétrica.

**Conselho Indígena de Roraima
Comissão Pró-Índio de São Paulo**